

Enerpeixe S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Enerpeixe S.A.
Palmas - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Consulte as notas explicativas 1.1, 05 e 18 às demonstrações financeiras)

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL. O reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica é realizado da seguinte forma : (i) Contratos de Ambiente ACL – o reconhecimento da receita é realizado com base na energia assegurada, bem como nos preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento; (ii) Energia de curto prazo - A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber, no momento em que o excedente de energia é gerado, após a alocação de energia no MRE, e, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde ao fator entre o volume de energia liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD).

O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é um assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia gerada, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao reconhecimento de receita;
- Validação do cálculo da receita dos contratos comercializados no ambiente ACL, por meio do confronto do volume de energia liquidado fisicamente, suportados pelas informações disponibilizadas na CCEE e os preços contratuais pré estabelecidos;
- Recálculo do valor reconhecido no resultado do exercício referente a Receita de Curto Prazo por meio dos relatórios CCEE de liquidação de excedente de energia ao PLD;
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo da receita de suprimento de energia elétrica, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os



critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório



de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis da administração, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ENERPEIXE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.579	31.419
Concessionárias	5	19.451	63.473
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	31.327	34.123
Outros tributos compensáveis	6	2.147	3.427
Outros créditos	10	4.127	3.676
Total do Ativo Circulante		72.631	136.118
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	10.394	23.858
Outros tributos compensáveis	6	83.439	76.730
Tributos diferidos	7	52.769	40.536
Cauções e depósitos vinculados	9	4.650	7.038
Outros créditos	10	311	45
		151.563	148.207
Imobilizado	11	1.193.398	1.235.024
Intangível	12	327.554	347.625
		1.520.952	1.582.649
Total do Ativo Não circulante		1.672.515	1.730.856
TOTAL DO ATIVO		1.745.146	1.866.974
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	11.518	30.996
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.681	3.679
Outros tributos a recolher	6	8.583	10.596
Debêntures	14	270.176	116.566
Uso do bem público	15	37.858	35.542
Provisões	16	9.153	6.938
Outras contas a pagar	10	5.408	5.768
Total do Passivo Circulante		344.377	210.085
Não circulante			
Outros tributos a recolher	6	39.237	37.343
Tributos diferidos	7	20	11
Debêntures	14	274.349	528.916
Uso do bem público	15	415.792	404.495
Provisões	16	16.076	19.258
Outras contas a pagar	10	803	1.093
Total do Passivo Não circulante		746.277	991.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.1	219.736	219.736
Reservas de capital	17.2	18.546	18.546
Reservas de lucros	17.2	427.491	435.522
Prejuízos acumulados		(11.281)	(8.031)
Total do Patrimônio líquido		654.492	665.773
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.745.146	1.866.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas	18	315.141	421.390
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	19		
Custo do serviço de energia elétrica		(114.213)	(195.963)
Custo de operação		(81.322)	(79.596)
		<u>(195.535)</u>	<u>(275.559)</u>
Lucro bruto		119.606	145.831
Despesas e Receitas operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(5.933)	(7.547)
Outras despesas e receitas operacionais		41	(275)
		<u>(5.892)</u>	<u>(7.822)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		113.714	138.009
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		15.666	13.791
Despesas financeiras		(141.938)	(182.455)
		<u>(126.272)</u>	<u>(168.664)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(12.558)	(30.655)
Tributos sobre o lucro	21		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.956)	7.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.233	20.028
		<u>1.277</u>	<u>27.838</u>
Prejuízo do exercício		(11.281)	(2.817)
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	22		
ON		(0,01354)	(0,00338)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(11.281)	(2.817)
Resultado abrangente do exercício	<u>(11.281)</u>	<u>(2.817)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	219.736	18.546	425.995	-	664.277
Reversão de dividendos - AGE e RCA de 30/12/2021			44.313		44.313
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2021			(40.000)		(40.000)
Prejuízo do exercício				(2.817)	(2.817)
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)			5.214	(5.214)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	219.736	18.546	435.522	(8.031)	665.773
	Exercício findo em 31 de dezembro				
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	219.736	18.546	435.522	(8.031)	665.773
Reserva de retenção de lucros - AGOE de 01/06/2022			(8.031)	8.031	-
Prejuízo do exercício				(11.281)	(11.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	219.736	18.546	427.491	(11.281)	654.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(12.558)	(30.655)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		68.026	65.004
Direito de concessão - GSF			(13.262)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		83.298	38.491
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		50.291	86.104
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		401	1.523
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.316	2.064
Atualização monetária - GSF			52.202
Outros		(1.643)	785
		<u>189.131</u>	<u>202.256</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		44.022	70.937
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(22.122)	(30.602)
Cauções e depósitos vinculados		2.882	4.212
Outros ativos operacionais		(716)	(638)
		<u>24.066</u>	<u>43.909</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(19.491)	(449.371)
Outros tributos a recolher		29.426	38.220
Encargos Setoriais		(1.740)	(943)
Provisões		(2.684)	(1.820)
Uso do bem público		(36.679)	(30.131)
Outros passivos operacionais		(244)	(843)
		<u>(31.412)</u>	<u>(444.888)</u>
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais			
		<u>181.785</u>	<u>(198.723)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.942)	(1.116)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais			
		<u>174.843</u>	<u>(199.839)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.225)	(3.577)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(6.225)</u>	<u>(3.577)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(24.820)
Captação de debêntures			273.916
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(106.752)	(276.624)
Pagamentos de encargos de dívidas		(77.503)	(34.920)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(203)	(163)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	24.1	<u>(184.458)</u>	<u>(62.611)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(15.840)</u>	<u>(266.027)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.579	31.419
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.419	297.446
		<u>(15.840)</u>	<u>(266.027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERPEIXE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Geração do valor adicionado	372.391	499.346
Receita operacional	366.166	482.154
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.225	17.108
Outras receitas		84
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(145.321)</u>	<u>(249.410)</u>
Custos da energia comprada	(76.880)	(187.052)
Encargos de uso da rede elétrica	(48.952)	(43.478)
Materiais	(4.490)	(2.675)
Serviços de terceiros	(12.922)	(12.803)
Outros custos operacionais	(2.077)	(3.402)
Valor adicionado bruto	<u>227.070</u>	<u>249.936</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(65.806)	(67.192)
Valor adicionado líquido produzido	<u>161.264</u>	<u>182.744</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.479	14.680
Valor adicionado total a distribuir	<u>177.743</u>	<u>197.424</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.156	6.129
Benefícios	2.222	2.019
FGTS	524	279
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	37.114	9.538
Estaduais	55	59
Municipais	4	6
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	141.939	182.075
Aluguéis	10	136
	<u>189.024</u>	<u>200.241</u>
Prejuízo do exercício	<u>(11.281)</u>	<u>(2.817)</u>
	<u>177.743</u>	<u>197.424</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Enerpeixe S.A. (Companhia ou Enerpeixe), sociedade anônima de capital fechado, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Palmas no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos, em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico Peixe Angical (UHE Peixe Angical) localizado no Rio Tocantins, entre os municípios de Peixe e São Salvador no Estado

1.1 Concessão

Em 7 de novembro de 2001, a Companhia assinou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 130/2001 que regula o direito de concessão da UHE Peixe Angical. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Concessão	
				Instalada	Assegurada	Início	Término
Peixe Angical	TO	Produtor Independente	Concessão	498,75	280,50	07/11/2001	11/05/2042

A Usina possui três turbinas sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006.

O prazo inicial do contrato de concessão é de 35 anos a partir da data da sua assinatura, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 67,03 meses. Podendo, adicionalmente ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério do regulador, mediante requerimento da Companhia, desde que a exploração da UHE Peixe Angical esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo da concessão, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

A energia elétrica gerada pela UHE Peixe Angical é comercializada na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Essa comercialização pode ser realizada tanto no Ambiente de Contratação Regulada - ACR assim como no Ambiente de Contratação Livre - ACL. Da energia assegurada de 280,5 MWm, a Companhia possui comercializado 217,00 MWm no ACL, pelo prazo de 3 anos com término em 31 de dezembro de 2022, com o preço base de R\$140,00 por MWh, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o preço atualizado do contrato é de R\$177,31 por MWh.

A Companhia a partir de 2023 possui 217MWm comercializados em contratos de venda no ACL pelo prazo de 1 ano com preço base de R\$110,00 por MWh, para o ano de 2024 existem contratos comercializados entre 30MWm e 100MWm, com duração entre 1 ano e 2 anos com preço base médio de R\$155,60 por MWh e a partir de 2025 possui 50MWm pelo prazo de 1 ano com preço base de R\$159,11 por MWh, todos os contratos são atualizados anualmente pelo IPCA.

No caso da energia gerada ser inferior à energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operam na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica - GCOI em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Peixe Angical, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$6.800, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$39.066, corrigidos anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$453.650 (R\$440.037 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões cíveis e fiscais (Nota 16.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 16.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i>	IAS 36/ IAS7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia- mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia- mento	01/01/2024

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Evento significativo no exercício

3.1 Resolução Autorizativa - extensão do prazo de outorga

Em 15 de junho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.998/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Peixe Angical de 07 novembro de 2036 para 11 de maio de 2042 que representa um acréscimo de extensão de 2.011 dias.

3.2 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 280,5MW para 266,6MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.589	15.414
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	13.990	16.005
	13.990	16.005
Total	15.579	31.419

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 101,00% e 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 23.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	16.253	60.307
Energia de curto prazo		3.198	3.166
		19.451	63.473

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 23.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A redução refere-se substancialmente à estratégia de sazonalização exercida pela Companhia, em relação aos contratos de venda, que para o ano de 2021 foi superior quando comparado com o exercício de 2022.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	57.981		3.449	4.607	(17.181)	(7.135)	41.721
Total		57.981	-	3.449	4.607	(17.181)	(7.135)	41.721
Circulante		34.123						31.327
Não circulante		23.858						10.394
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	6.2	78.810	20.607	5.244			(20.401)	84.260
IRRF sobre aplicações financeiras		1.347	1.515				(1.536)	1.326
Total		80.157	22.122	5.244	-	-	(21.937)	85.586
Circulante		3.427						2.147
Não circulante		76.730						83.439
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.679	10.956		(2.335)		(10.619)	1.681
Total Circulante		3.679	10.956	-	(2.335)	-	(10.619)	1.681
Outros tributos a recolher								
ICMS		24	436		(260)			200
PIS e COFINS		2.897	34.635			(17.181)	(18.453)	1.898
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		226	880		(829)			277
Parcelamentos	6.3.1	44.593		6.089	(5.598)			45.084
Encargos com pessoal		199	2.399		(2.237)			361
Total		47.939	38.350	6.089	(8.924)	(17.181)	(18.453)	47.820
Circulante		10.596						8.583
Não circulante		37.343						39.237

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$41.721 (R\$57.981 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

6.2 PIS e COFINS

Em decorrência do recálculo de tributos, no exercício de 2017, pelo regime cumulativo (alíquota de 3,65% de PIS e COFINS) sobre os contratos de venda de energia assinados antes de 31 de dezembro de 2003, anteriormente calculados por meio do regime não cumulativo (alíquota de 9,25% de PIS e COFINS), a Companhia constituiu crédito dos referidos tributos relativos a exercícios anteriores.

O crédito apurado pela Companhia foi de R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$83.439 (R\$78.071 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$20.371 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

6.3 Parcelamentos

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos, conforme mencionado na nota 6.2, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2022 restam 85 parcelas de R\$487, atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento
PIS	10.051	2.010	3.775	15.836
COFINS	46.391	9.278	17.419	73.088
	56.442	11.288	21.194	88.924
Redução Programa PERT				(18.079)
Total				70.845

6.3.1 Movimentação do parcelamento

	PERT
Valor de adesão	70.845
Amortização	(43.095)
Atualização	17.334
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.084

7 Tributos diferidos

Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS			20	11
Imposto de renda e contribuição social	7.1			
	52.769	40.536		
Total	52.769	40.536	20	11

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Prejuízos fiscais		805	805				(1.298)
Base negativa da contribuição social		290	290				(467)
		1.095	1.095	-	-	-	(1.765)
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários e cíveis		2.048	991			1.057	391
Uso do bem público - CPC 25	1.1.1	154.241	149.613	41.527	44.171	7.272	21.528
Direito de concessão - GSF				66.814	70.270	3.456	(1.053)
Licenças ambientais		6.323	6.428	2.597	3.320	618	773
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		439	381	377	341	22	40
Outras		84	210	146	80	(192)	114
Total diferenças temporárias		163.135	157.623	111.461	118.182	12.233	21.793
Total bruto		164.230	158.718	111.461	118.182	12.233	20.028
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(111.461)	(118.182)	(111.461)	(118.182)		
Total		52.769	40.536	-	-		

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
11.086	11.086	12.180	10.403	10.403	18.277	90.795	164.230

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com seus acionistas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo			Resultado		
				Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante	Receitas (Despesas)	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Operacionais	
									2022	2021	
Concessionárias (Nota 5)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle Comum		01/01/2019 a 31/12/2022	10.324	30.701					217.868	183.743
EDP Trading	Controle Comum		01/07/2021 a 31/12/2021								98.565
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador	177,31	01/01/2019 a 31/12/2022	5.215	8.816					136.086	126.275
				15.539	39.517	-	-	-	-	353.954	408.583
Fornecedores (Nota 13)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading	Controle Comum		01/01/2019 a 30/11/2022							(22.663)	
EDP Trading	Controle Comum		01/07/2021 a 31/08/2021								(47.481)
EDP Trading	Controle Comum		01/07/2021 a 31/12/2021					11.301			(67.079)
Encargos de uso da rede básica											
Furnas Centrais Elétricas	Acionista não controlador		14/03/2006 a 07/11/2036				160	100		(160)	(4.852)
Horizon Transmissão ES (*)	Controle Comum		09/02/2019 a 30/11/2036					2			(25)
Horizon Transmissão MA I (*)	Controle Comum		11/05/2020 a 30/11/2036					10			(65)
Horizon Transmissão MA II (*)	Controle Comum		04/01/2020 a 30/11/2036					4			(41)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum		04/01/2020 a 30/11/2036				1			(6)	
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/07/2021 a 30/11/2036				39	7		(303)	(48)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum		01/03/2006 a 01/11/2036				47			(320)	(4)
EDP Goiás (**)	Controle Comum		01/03/2006 a 01/11/2036				17			(176)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		01/07/2021 a 30/11/2036				4	1		(35)	
				-	-	-	268	11.425	-	(23.663)	(119.595)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 10)											
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (a)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2023			16			134	(767)	(1.608)
Contrato de prestação de serviços (c)											
EDP Trading	Controle Comum		21/11/2019 a 20/11/2024						49	(246)	(542)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2018 a 31/12/2022			273			79	(1.354)	(944)
				-	-	289	-	-	262	(2.367)	(3.094)
				15.539	39.517	289	268	11.425	262	327.924	285.894

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

As garantias concedidas estão descritas na nota de Garantias (Nota 25.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (**) como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadrarem nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 21 de novembro de 2019 com término em 20 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás (**) assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 21 de dezembro de 2024.

(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora EDP - Energias do Brasil.

Em 2021, foi prorrogado a vigência do contrato por mais 18 meses com término em 31 de dezembro de 2022.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data elas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

8.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui sete novos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) no montante de 75 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (ii) no montante de 55,2 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023; (iii) no montante de 60 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; (iv) no montante de 18 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; (v) no montante de 24 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2024 e término em 31 de dezembro de 2024; (vi) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025; (vii) no montante de 30 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

Possui também um contrato de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto à EDP Trading (controlada da EDP - Energias do Brasil) no montante de 50 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2025.

8.2 Remuneração dos administradores

	2022			2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	1.085	65	1.150	1.173	71	1.244
Benefícios de curto prazo (b)	122	-	122	174	-	174
Benefícios - Previdência Privada	-	-	-	30	-	30
Total	1.207	65	1.272	1.377	71	1.448

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	16.1.3	2.416	25	193	(23)	2.611
Depósitos vinculados	9.1	4.622	2.450	301	(5.334)	2.039
Total Não circulante		7.038	2.475	494	(5.357)	4.650

9.1 Depósitos vinculados

Refere-se ao depósito vinculado relativo à alienação de ativo vinculado à concessão denominado Fazenda Pedra Riscada, conforme Despacho ANEEL nº 3.817/2014. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015, o montante recebido pela alienação do ativo deverá ser depositado em conta bancária vinculada, aberta para esse fim, até a definitiva aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados à concessão.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
		63	80	
		3.415	3.203	
	8		289	
		607	357	45
		42	36	
		<u>4.127</u>	<u>3.676</u>	<u>311</u>
Outras contas a pagar - Passivo				
		148	134	
		1.292	1.287	
	10.1	3.746	4.180	
		203	147	803
	8			262
		19	20	
		<u>5.408</u>	<u>5.768</u>	<u>803</u>
				<u>1.093</u>

10.1 Encargos Setoriais

Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$3.746 (R\$4.180 em 31 de dezembro de 2021), refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.2	1.327	3.171	38	(3.741)	795
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		2.715	12.280		(12.187)	2.808
Outros encargos		138	1.704		(1.699)	143
Total Circulante		<u>4.180</u>	<u>17.155</u>	<u>38</u>	<u>(17.627)</u>	<u>3.746</u>

10.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

A ANEEL aprovou o Despacho nº 904/2021 que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. O percentual de repasse destinado à CDE é de 30%.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração								
Terrenos		16.477		16.477		13.127		13.127
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	865.450	(280.105)	585.345	2,00	865.338	(262.686)	602.652
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,09	258.756	(88.428)	170.328	2,09	258.756	(83.025)	175.731
Máquinas e equipamentos	3,12	602.010	(299.053)	302.957	3,12	598.871	(280.139)	318.732
Veículos	14,29	1.902	(1.800)	102	14,29	1.902	(1.592)	310
Móveis e utensílios	6,51	3.391	(1.560)	1.831	6,51	3.305	(1.363)	1.942
		<u>1.747.986</u>	<u>(670.946)</u>	<u>1.077.040</u>		<u>1.741.299</u>	<u>(628.805)</u>	<u>1.112.494</u>
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	2.464	(1.179)	1.285	3,41	2.464	(1.095)	1.369
Máquinas e equipamentos	3,10	157.880	(77.129)	80.751	3,10	157.880	(72.237)	85.643
		<u>160.344</u>	<u>(78.308)</u>	<u>82.036</u>		<u>160.344</u>	<u>(73.332)</u>	<u>87.012</u>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	145	(14)	131	3,33	70	(7)	63
Máquinas e equipamentos	15,19	1.225	(375)	850	15,19	1.043	(169)	874
Veículos	14,29	833	(233)	600	14,29	390	(87)	303
Móveis e utensílios	10,22	982	(721)	261	10,22	982	(662)	320
		<u>3.185</u>	<u>(1.343)</u>	<u>1.842</u>		<u>2.485</u>	<u>(925)</u>	<u>1.560</u>
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	17,39	79	(59)	20	17,39	79	(46)	33
		<u>79</u>	<u>(59)</u>	<u>20</u>		<u>79</u>	<u>(46)</u>	<u>33</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.911.594</u>	<u>(750.656)</u>	<u>1.160.938</u>		<u>1.904.207</u>	<u>(703.108)</u>	<u>1.201.099</u>
Ativos de direito de uso (Nota 11.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,93	856	(233)	623	9,85	1.002	(143)	859
Veículos	20,00	254	(51)	203				-
Total Ativos de direito de uso		<u>1.110</u>	<u>(284)</u>	<u>826</u>		<u>1.002</u>	<u>(143)</u>	<u>859</u>
Imobilizado em curso								
Geração		31.209		31.209		33.041		33.041
Administração		425		425		25		25
Total do imobilizado em curso		<u>31.634</u>	<u>-</u>	<u>31.634</u>		<u>33.066</u>	<u>-</u>	<u>33.066</u>
Total do imobilizado		<u>1.944.338</u>	<u>(750.940)</u>	<u>1.193.398</u>		<u>1.938.275</u>	<u>(703.251)</u>	<u>1.235.024</u>

11.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à locação de imóveis para diretores.
- **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

11.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido		Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificação	Baixas	Reversão	Valor líquido
		31/12/2021	Ingressos						
Imobilizado em serviço									
Terrenos		13.127		3.350					16.477
Reservatórios, barragens e adutoras		602.652		112	(17.419)				585.345
Edificações, obras civis e benfeitorias		177.196		76	(5.508)				171.764
Máquinas e equipamentos		405.249		3.321	(24.012)				384.558
Veículos		613		442	(353)				702
Móveis e utensílios		2.262		86	(256)				2.092
Total do imobilizado em serviço		<u>1.201.099</u>	<u>-</u>	<u>7.387</u>	<u>(47.548)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.160.938</u>
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		859	38		(90)			(184)	623
Veículos		-	254		(51)				203
Total Ativos de direito de uso	11.1.1	<u>859</u>	<u>292</u>	<u>-</u>	<u>(141)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(184)</u>	<u>826</u>
Imobilizado em curso									
Terrenos		23.183	3	(3.350)					19.836
Reservatórios, barragens e adutoras		52	2	(54)					-
Edificações, obras civis e benfeitorias		59							59
Máquinas e equipamentos		9.103	5.406	(3.912)		47			10.644
A ratear		58		(58)					-
Outros		611	548	(13)		(47)	(4)		1.095
Total do imobilizado em curso		<u>33.066</u>	<u>5.959</u>	<u>(7.387)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>31.634</u>
Total do imobilizado		<u>1.235.024</u>	<u>6.251</u>	<u>-</u>	<u>(47.689)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(184)</u>	<u>1.193.398</u>

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do intangível

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Software	20,00	1.895	(1.888)	7	20,00	1.895	(1.856)	39
Servidão permanente		248		248		248		248
Direito de concessão - Licenças ambientais	9,39	22.693	(15.060)	7.633	9,39	22.695	(12.930)	9.765
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	209.662	(87.524)	122.138	3,28	209.662	(79.746)	129.916
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	4,69	216.841	(20.329)	196.512	4,69	216.841	(10.165)	206.676
		451.339	(124.801)	326.538		451.341	(104.697)	346.644
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente		21		21		21		21
		21	-	21		21	-	21
Administração								
Software	20,00	1.361	(670)	691	20,00	1.094	(438)	656
		1.361	(670)	691		1.094	(438)	656
Total do intangível em serviço		452.721	(125.471)	327.250		452.456	(105.135)	347.321
Intangível em curso								
Administração		304		304		304		304
Total do intangível em curso		304	-	304		304	-	304
Total do intangível		453.025	(125.471)	327.554		452.760	(105.135)	347.625

12.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido		Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido
		31/12/2021	Ingressos			
Intangível em serviço						
Software		695		268	(265)	698
Servidão permanente		269				269
Direito de concessão - Licenças ambientais		9.765		(2)	(2.130)	7.633
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	129.916			(7.778)	122.138
Direito de concessão - GSF	12.2.2	206.676			(10.164)	196.512
Total do intangível em serviço		347.321	-	266	(20.337)	327.250
Intangível em curso						
Software		304	266	(266)		304
Total do Intangível em curso		304	266	(266)	-	304
Total do Intangível		347.625	266	-	(20.337)	327.554

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Peixe Angical. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 15). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento de 67,03 meses na concessão da Companhia, conforme Resolução Autorizativa nº 11.998/2022 (Nota 3.1). A amortização teve início em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	13.1		21.978
Encargos de uso da rede elétrica		4.881	4.313
Operações CCEE			782
Materiais e serviços		6.637	3.923
Total		11.518	30.996

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Suprimento de energia elétrica

A redução é decorrente de contratação de energia via contratos bilaterais, por sazonalização operacionalizada no exercício de 2021 e estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na Companhia, saldos liquidados em 2022.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14 Debêntures
14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	32.000	10	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de capital	116% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de junho/2020 e juros semestral	Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios de Contratos de Energia	-	388	106.752	-	-	107.140		
(-) Custos de emissão				(2.048)		20/11/2017 a 20/12/2022			Amortização mensal						(127)	(127)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.962	255.000	258.962	2.614	255.000	257.614		
(-) Custos de emissão				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal		(93)		(93)		(197)	(197)		
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		11.307	275.000	286.307	6.939	275.000	281.939		
(-) Custos de emissão				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal			(651)	(651)		(887)	(887)		
Total											15.269	254.907	274.349	544.525	9.941	106.625	528.916	645.482

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures, mencionado acima, na Companhia é de R\$107.140 em 31 de dezembro de 2021.

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Principal	106.752	(106.752)		255.000		255.000
Juros	9.941	(77.503)	82.831			15.269
Custo de Transação	(127)			(433)	467	(93)
	116.566	(184.255)	82.831	254.567	467	270.176
Não circulante						
Principal	530.000			(255.000)		275.000
Custo de Transação	(1.084)			433		(651)
	528.916	-	-	(254.567)	-	274.349

14.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2023	270.176
	270.176
Não circulante	
2025	137.500
2026	136.849
	274.349
Total	544.525

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos ou nas escrituras das emissões:

• Para todas as emissões:

- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- Alteração da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- Distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto dividendos
- Alteração do controle acionário direto da Companhia, exceto se a EDP - Energias do Brasil permanecer como acionista controladora, ou em caso de aprovação pelos Debenturistas;
- Celebração de contrato de mútuo pela Companhia, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação; e
- descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

• Específicas para as 2ª e 3ª emissões:

- Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000;
- Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$75.000; e
- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$75.000.

• Específica para a 2ª emissão:

- Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$200.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.

• Específica para a 3ª emissão:

- Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.

• Específicas para a 4ª emissão:

- Vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$85.000;
- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, observados eventuais prazos de cura, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;
- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer decisão judicial ou arbitral, a partir do momento em que se tornar(em) exequível(eis), cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$85.000;
- Protestos de títulos, contra a Companhia, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$85.000, salvo se protesto foi efetuado por erro ou má-fé, for cancelado, ou o protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; e
- Redução de capital social da Companhia para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

15 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e estando as parcelas futuras atualizadas pelo indexador de inflação IGP-M e ajustadas ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saído em 31/12/2021	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferências	Saído em 31/12/2022
Circulante						
Uso do bem público	35.542	(73)	(171)	(36.678)	39.238	37.858
	35.542	(73)	(171)	(36.678)	39.238	37.858
Não circulante						
Uso do bem público	404.495	8.645	41.890	-	(39.238)	415.792
	404.495	8.645	41.890	-	(39.238)	415.792

16 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis e fiscais	16.1			6.631	7.289
Licenças ambientais	16.2	9.153	6.938	9.445	11.969
Total		9.153	6.938	16.076	19.258

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

16.1 Provisões cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

16.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo				
		Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022
Cíveis	16.1.1.1	4.563	(700)	(41)	277	4.099
Fiscais	16.1.1.2	2.140			165	2.305
Outros		586	(359)			227
Total Não circulante		7.289	(1.059)	(41)	442	6.631

16.1.1.1 Cíveis

Refere-se, substancialmente, às indenizações a título de desapropriações, ressarcimento de perdas e danos (materiais e morais) e lucros cessantes, quando da construção da UHE Peixe Angical. As condenações totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$2.855 (R\$3.038 em 31 de dezembro de 2021). Os demais processos tramitam em 3ª Instância com esgotamento de todos os recursos possíveis em nome da Companhia. Atualmente aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

16.1.1.2 Fiscais

Refere-se a processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.305 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

16.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	16.1.2.1	11.065	9.158
Fiscais	16.1.2.2	257.473	223.275
Total		268.538	232.433

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$11.508 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.559 em 31 de dezembro de 2021).

16.1.2.1 Cíveis

SAESA - Santo Antônio Energia S.A.

Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proposta pela SAESA contra a ANEEL, com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.633 (R\$6.318 em 31 de dezembro de 2021) e, atualmente, aguarda-se decisão de recurso.

16.1.2.2 Fiscais

- Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$178.497 (R\$151.173 em 31 de dezembro de 2021). O acréscimo no valor é devido ao ingresso de novos casos. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

- Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$66.642 (R\$60.886 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

- Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.504 (R\$5.003 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

16.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.611 (R\$2.416 em 31 de dezembro de 2021).

16.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 15 de julho de 2016 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a 2ª renovação da Licença de Operação - LO nº 586/2006, válida pelo período de 10 anos a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R\$1.625 (R\$2.857 em 2021). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Circulante	6.938	(1.625)	437	3.403		9.153
Não circulante	11.969		396	(3.403)	483	9.445
Total	18.907	(1.625)	833	-	483	18.598

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$219.736 e está representado por 833.252.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Segue abaixo a composição acionária:

Acionista	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	% participa- ção	Quantidade de ações	% participa- ção
EDP - Energias do Brasil	499.951.253	60,00	499.951.253	60,00
Furnas Centrais Elétricas	333.300.836	40,00	333.300.836	40,00
Total	833.252.089		833.252.089	

17.2 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Incentivos fiscais	17.2.1	18.546	18.546
		18.546	18.546
Reservas de lucros			
Legal	17.2.2	59.948	59.948
Retenção de lucros	17.2.3	79.301	87.332
Incentivos fiscais	17.2.1	288.242	288.242
		427.491	435.522
Total		446.037	454.068

17.2.1 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

17.2.2 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

17.2.3 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$8.031 é decorrente da compensação da reserva de retenção de lucro, correspondente da apuração de prejuízos acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme deliberado na AGOE realizada em 01 de junho de 2022.

18 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	18.1	2.147.784	2.382.408	355.149	476.236
Energia de curto prazo	18.2	114.319	26.692	11.017	5.918
Receita operacional bruta		2.262.103	2.409.100	366.166	482.154
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(33.870)	(44.599)
Encargos do consumidor				(33.870)	(44.599)
P&D				(3.171)	(4.024)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(12.280)	(10.494)
Outros encargos				(1.704)	(1.647)
				(17.155)	(16.165)
				(51.025)	(60.764)
Receitas		2.262.103	2.409.100	315.141	421.390

18.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da estratégia de sazonalização exercida pela Companhia em relação aos contratos de venda, que para o ano de 2021 foi superior quando comparado com o exercício de 2022.

18.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, ao aumento das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021. O PLD médio de 2022 para o período em questão foi de R\$58,70/MWh (Submercado SE/CO), quando que para o período de 2021 que foi de R\$280/MWh (Submercado SE/CO).

19 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	69.578				69.578
Encargos de uso da rede elétrica		44.424				44.424
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			6.877	3.562		10.439
Material			967			967
Serviços de terceiros	19.3		7.371	1.540		8.911
Depreciação - Imobilizado em serviço			45.328			45.328
Depreciação - Ativos de direito de uso			141			141
Amortização			20.256	81		20.337
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					(41)	(41)
Arrendamentos e aluguéis			10			10
Outras		211	372	750		1.333
Total		114.213	81.322	5.933	(41)	201.427

	Nota	2021				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	19.1	169.574				169.574
Encargos de uso da rede elétrica		39.456				39.456
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	19.4	(13.262)				(13.262)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			6.197	2.982		9.179
Material			965	258		1.223
Serviços de terceiros	19.3		6.992	3.412		10.404
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.857	98		44.955
Depreciação - Ativos de direito de uso				201		201
Amortização			19.848			19.848
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					359	359
Arrendamentos e aluguéis			59	73		132
Outras		195	678	523	(84)	1.312
Total		195.963	79.596	7.547	275	283.381

19.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2022	2021
Contratos de compra de energia por quantidade	19.1.1	68.891	152.849
Energia de curto prazo	19.1.2	9.925	59.136
Outros	19.1.3	(2.147)	(25.127)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(7.091)	(17.284)
Total		69.578	169.574

19.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2022 deve-se substancialmente à redução do volume de compra de energia necessário para atender a estratégia de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE em 2022, quando comparado ao ano de 2021, que foi um ano em que ocorreram condições hidrológicas adversas e preços de mercado mais altos, alcançando uma média de R\$329,45/MWh em 2021 e R\$58,7/MWh em 2022.

19.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,70/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

19.1.3 Outros

A variação ocorre por diminuição nas liquidações de curto prazo de re-contabilizações de ajustes judiciais da CCEE.

19.2 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	4.473	3.789
Encargos	1.680	1.300
Previdência privada - Corrente	83	187
Programa de demissão voluntária	4	
Despesas rescisórias	196	44
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	717	671
Outros benefícios - Corrente	2.121	1.825
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	
	<u>9.277</u>	<u>7.816</u>
Administradores		
Honorários e encargos	1.146	1.356
Benefícios dos administradores	16	7
	<u>1.162</u>	<u>1.363</u>
	<u>10.439</u>	<u>9.179</u>

19.3 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	1.044	1.800
Serviços de manutenção	3.723	3.729
Serviços de limpeza e vigilância	1.667	1.519
Serviços ambientais	328	599
Serviços de informática	1.139	1.098
Serviços de publicação e publicidade	133	102
Serviços de telecomunicações	417	259
Serviços de transporte	151	122
Serviços Compartilhados	654	1.383
(-) Crédito de PIS/COFINS	(1.455)	(565)
Outros	1.110	358
	<u>8.911</u>	<u>10.404</u>

19.4 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

O valor de R\$13.262 registrado em 30 de junho de 2021, refere-se ao incremento de 67,03 meses no prazo de sua concessão (Nota 12.2.2), estimado pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020 (Nota 1.1).

20 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		6.985	4.428
Energia vendida	20.1	608	7.557
Depósitos judiciais		193	62
Juros e multa sobre tributos	6	8.693	2.617
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(813)	(889)
Outras receitas financeiras			16
		<u>15.666</u>	<u>13.791</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos			(2.474)
Debêntures	14.2	(83.298)	(36.017)
Juros e multa sobre tributos	6	(6.089)	(1.974)
Provisões cíveis e fiscais	16.1	(442)	(1.164)
Uso do bem público	15 e 20.2	(50.291)	(86.104)
Generation Scaling Factor - GSF	20.3		(52.202)
Outros juros e variações monetárias		(1.316)	(2.064)
Outras despesas financeiras		(502)	(456)
		<u>(141.938)</u>	<u>(182.455)</u>
		<u>(126.272)</u>	<u>(168.664)</u>

20.1 Energia vendida

A variação na rubrica de Energia vendida, refere-se ao saldo a receber da CCEE que foi liquidado em 10 maio de 2021, sendo o saldo em aberto corrigido pelo IGP-M até a referida data.

20.2 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IGP-M, que foi de 5,45% no acumulado em 2022 (17,78% em 2021).

20.3 Generation Scaling Factor - GSF

A variação na rubrica do GSF refere-se ao indexador IGP-M, atualizado até a quitação, que ocorreu em 10 de maio de 2021, data da liquidação dos débitos da CCEE da competência março de 2021.

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(12.558)	(30.655)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	4.270	10.423
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(26)	(32)
Perdas indedutíveis		(2)
Outras	(96)	779
Outros		
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	21.1	(2.990)
Outras	119	109
Despesa de IRPJ e CSLL	1.277	27.838
Alíquota Efetiva	10%	91%

21.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

Do montante de R\$16.561 em 31 de dezembro de 2021, R\$5.214 refere-se ao recálculo do incentivo do Lucro da Exploração SUDAM do ano de 2017 e R\$11.347 refere-se aos reflexos das reapurações referentes aos ajustes decorrentes da não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários recebidos da União dos anos de 2016 a 2020.

22 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(11.281)	(2.817)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	833.252	833.252
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01354)	(0,00338)

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

23.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	13.990	16.005	13.990	16.005
			<u>13.990</u>	<u>16.005</u>	<u>13.990</u>	<u>16.005</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.589	15.414	1.589	15.414
Concessionárias	5	Nível 2	19.451	63.473	19.451	63.473
Cauções	9	Nível 2	2.039	4.622	2.039	4.622
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	289		289	
			<u>23.368</u>	<u>83.509</u>	<u>23.368</u>	<u>83.509</u>
			<u>37.358</u>	<u>99.514</u>	<u>37.358</u>	<u>99.514</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	11.518	30.996	11.518	30.996
Debêntures	14	Nível 2	548.930	649.393	544.525	645.482
Uso do bem público	15	Nível 2	406.691	402.295	453.650	440.037
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2		262		262
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	1.042	979	1.006	978
Licenças ambientais	16.2	Nível 2	17.915	18.040	18.598	18.907
			<u>986.096</u>	<u>1.101.965</u>	<u>1.029.297</u>	<u>1.136.662</u>

23.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

23.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

23.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente, por meio da taxa que representa o custo médio ponderado de capital (WACC) atual da Companhia;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

23.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

23.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia, apresentadas na nota 14, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

23.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	13.990	1.692		1.692	421	841	(422)	(844)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	2.039	176	775	951	282	584	(264)	(509)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	16.029	1.868	775	2.643	703	1.425	(686)	(1.353)
Debêntures	CDI	(545.269)	(73.351)	(50.620)	(123.971)	(26.028)	(52.287)	27.587	54.974
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(545.269)	(73.351)	(50.620)	(123.971)	(26.028)	(52.287)	27.587	54.974
		(529.240)	(71.483)	(49.845)	(121.328)	(25.325)	(50.862)	26.901	53.621

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

23.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 25.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	8.543	2.564	411			11.518	30.996
Outras contas a pagar - Partes relacionadas						-	262
Debêntures		255.000	15.176	274.349		544.525	645.482
Uso do bem público	3.319	9.267	25.272	307.772	108.020	453.650	440.037
Arrendamentos e aluguéis	18	54	131	542	261	1.006	978
Licenças ambientais		9.153		9.445		18.598	18.907
	11.880	276.038	40.990	592.108	108.281	1.029.297	1.136.662

23.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui Debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenant* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 14.1) para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

23.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R\$271.746 (R\$73.967 negativo em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intragrupo, se necessário.

23.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, podem provocar uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumento dos custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco ocorre pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe as controladas a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, durante os exercícios de 2015 e 2016, as controladas de geração aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a CCRBT mediante pagamento de prêmio.

Adicionalmente, como estratégia para uma eventual situação de piora do cenário hidrológico brasileiro, as controladas de geração implementaram iniciativas para reforçar a proteção aos impactos causados pelo GSF, aumentando a parcela de energia descontratada de seu portfólio, além da sazonalização dos contratos de venda.

23.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

23.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• **Concessionárias**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• **Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem as partes interessadas nos negócios da Companhia. O Grupo EDP - Energias do Brasil atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos *stakeholders*.

23.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Total das debêntures	544.525	645.482
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(15.579)	(31.419)
Dívida líquida	528.946	614.063
Total do Patrimônio Líquido	654.492	665.773
Total do capital	1.183.438	1.279.836
Índice de alavancagem financeira - %	44,70%	47,98%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2022				
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Debêntures	14.1	645.482	(184.255)		83.298	544.525
Arrendamentos e aluguéis		978	(203)	123	108	1.006
		646.460	(184.458)	123	83.406	545.531
		2021				
		Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
				Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		29.133	(24.820)		(4.313)	-
Debêntures		468.355	141.110		36.017	645.482
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		176.264	(178.738)		2.474	-
Arrendamentos e aluguéis		160	(163)	98	883	978
		673.912	(62.611)	98	35.061	646.460

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 está reapresentado para adequada informação das adições e baixas das atividades de financiamento.

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Reversão (Constituição) de dividendos e JSCP a pagar		(44.313)
Capitalização no Imobilizado relativo a contingências		380
Provisão para custos com licença ambiental no Imobilizado e Intangível		111
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	108	883
Total	108	(42.939)

25 Compromissos contratuais e Garantias

25.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	957	1.582			2.539	45
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	108.549
Encargos de conexão e Transporte de Energia					-	191
Materiais e serviços	18.923	19.863	3.069	1.044	42.899	25.328
Juros Vincendos de Debêntures	73.351	43.723	2.197		119.271	161.458
	<u>93.231</u>	<u>65.168</u>	<u>5.266</u>	<u>1.044</u>	<u>164.709</u>	<u>295.571</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	924	1.701			2.625	46
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	125.050
Encargos de conexão e Transporte de Energia					-	186
Materiais e serviços	18.269	21.199	3.759	1.618	44.845	26.474
Juros Vincendos de Debêntures	74.347	65.691	4.358		144.396	164.316
	<u>93.540</u>	<u>88.591</u>	<u>8.117</u>	<u>1.618</u>	<u>191.866</u>	<u>316.072</u>

25.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta a garantia do tipo Outros na modalidade Seguro garantia, no montante de R\$7 (R\$7 em 31 de dezembro de 2021). Os valores em garantias de Debêntures (Nota 14) e Provisões (Nota 16), estão demonstrados em suas respectivas notas.

26 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	94.173	94.173	94.173	94.173
Usina	684.170	220.000	684.170	220.000
Linhas de Transmissão	31.409	31.409	31.409	31.409
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	829	829	829	829
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360		360	
Seguro de vida	6.485	(*)	5.822	(*)

(*) Na Companhia o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

26 Evento subsequente

26.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto
Conselheiro

Cláudia de Barros Cotia
Conselheira

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

José Gleyson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO